

A Pacificação e a Reconstrução Nacional das Filipinas

Dr. Brian McAllister Linn

ALGUMAS DAS idéias contidas neste artigo surgiram de discussões durante o 1º Seminário Anual de História Militar na University of North Texas, em 2003. Uma versão anterior do artigo foi publicada na *Armed Diplomacy*, do Instituto de Estudos do Combate no Forte Leavenworth, Kansas, em 2003.

Em seu artigo, “Ten Rules for Managing the World” (Dez Regras para Administrar o Mundo) publicado na *Atlantic Monthly*, Robert Kaplan lista “lembrando-se das Filipinas” como regra número 7. Kaplan enfatiza que, entre as lições do primeiro combate americano bem-sucedido no exterior contra grupos guerrilheiros nas Filipinas, está a importância de os soldados destruírem uma resistência militar. Ações cívicas e a reconstrução nacional são elementos importantes, e até mesmo vitais, de uma ocupação militar e uma paz prolongada, mas a derrota militar do inimigo deve vir em primeiro lugar.

Kaplan também enfatiza as funções vitais dos oficiais militares, em particular oficiais subalternos e líderes de frações. A ausência dos meios e da inclinação para seguir uma estratégia padrão de contra-insurreição centralmente direcionada levou estes oficiais a estruturarem suas próprias campanhas locais de pacificação. Ao se adaptarem à natureza da resistência inimiga e às condições geográficas e sócio-econômicas nas suas áreas de operações, os oficiais desenvolveram políticas eficazes de contra-insurreição local para o que era, essencialmente, uma resistência localizada.¹

Reconstrução Nacional ou Assimilação Benevolente?

Quando historiadores ou jornalistas avaliam as lições das Filipinas para os pacificadores de hoje, eles devem

primeiramente definir os termos. O público atual está familiarizado com termos como imposição da paz e reconstrução nacional que oficiais não usavam no século passado e, em alguns casos, nem os concebiam como missões.

Se os historiadores devem continuar usando terminologia arcaica, mas historicamente correta, ou se devem adaptar-se ao uso atual é apenas um detalhe acadêmico. Há importantes ramificações decorrentes do uso da terminologia quando as lições históricas e a utilidade da história são avaliadas. Eu não morro de amores pelos termos reconstrução nacional, operações militares de não guerra ou imposição da paz, os quais são politicamente corretos, burocraticamente diretos e tão vagos que, com frequência, causam mais confusão do que esclarecimento. Na maioria dos casos, os termos que as forças imperiais utilizavam — guerra selvagem, pacificação, expedições punitivas, castigo, política imperial — são muito mais exatos.

Somente utilizando o mais complexo raciocínio é que se pode descrever a missão militar dos EUA nas Filipinas como reconstrução nacional. Em 1898, o presidente dos EUA William McKinley não pretendia preservar ou criar uma nação filipina separada. Sua posição, que foi mantida diante de evidências do contrário, era de que a vitória do Comodoro George Dewey na Baía de Manila despedaçara o governo espanhol nas Filipinas, sendo o suficiente para “enviar um exército de ocupação às Filipinas com o duplo propósito de completar a redução do poder espanhol... e fornecer ordem e segurança às ilhas enquanto estivessem sob a posse dos Estados Unidos”.²

McKinley era enfático de que os Estados Unidos controlavam as Filipinas não em seu próprio benefício, mas para o bem dos filipinos. O domínio americano

fornecer-lhes-ia o máximo de liberdade individual, governo, educação, desenvolvimento interno e proteção legal que eles pudessem absorver. McKinley talvez tenha resumido melhor tal política em dezembro de 1898 como “assimilação benevolente, substituindo a leve oscilação da justiça e direito ao domínio arbitrário”.³ Dentro desse contexto, McKinley via a missão do Exército como a de ocupar o resto do arquipélago “para proteger os nativos em suas casas, em seus empregos e em seus direitos religiosos e pessoais”.

Alguns dizem que implícita na retórica de McKinley estava à promessa de que, se os filipinos demonstrassem sua aptidão para se auto-governarem, eles seriam libertados da tutela americana. No entanto, tal época estava distante. Desde o princípio, a administração de McKinley negou ao arquipélago a condição territorial acordada com o Havaí e com Porto Rico e deixou claro que “entre o povo das ilhas concedidas e os Estados Unidos, aqueles estão sujeitos à soberania total destes”.⁴ Para McKinley, as Filipinas eram essencialmente uma colônia, e não uma nação em vias de desenvolvimento.⁵

As visões do Corpo de Oficiais do Exército dos EUA refletiam as dos líderes políticos. A maioria dos oficiais, incluindo a minoria que se opôs à anexação, sustentava visões paternalistas e racistas adversas à reconstrução nacional.⁶ De fato, para esses oficiais, os diversos projetos civis — a construção de escolas, rodovias e mercados e a supressão da criminalidade, escravidão e violência — justificavam-se devido ao fato de os “nativos” serem incapazes de se governar e continuariam assim até o futuro previsível.⁷ Segundo os oficiais do Exército, existiam muitos paralelos entre o serviço contra a população indígena dos EUA e os habitantes muçulmanos das Filipinas. Isso é mais uma evidência da visão do Exército sobre sua missão.

Oficiais do Exército como o Major Hugh Lenox Scott, governador militar do Arquipélago Sulu, com extensa experiência civil e militar com índios e muçulmanos, afirmavam que ambos eram “crianças do mundo”, e exigiam uma “indulgência paternal”.⁸ Scott achava que a sua função não era a reconstrução nacional, mas servir como “mentor dos que, do ponto de vista da humanidade civilizada, o nosso governo considerava como menos avançados que nós”. Scott serviu com grande distinção por três anos como governador no Arquipélago Sulu e trabalhou, com um custo considerável à sua saúde, para trazer benefícios sociais, políticos e econômicos aos muçulmanos. Entretanto, quando uma nova oportunidade profissional surgiu, ele não hesitou em ir embora, pois, como ele mesmo disse, “não sou missionário, sou soldado.”⁹

O termo reconstrução nacional é inadequado para descrever a política do Exército Americano nas Fili-

pinas, no entanto devemos ser cautelosos em substituir pelo termo assimilação benevolente, embora a assimilação benevolente tenha sido um dos pilares da política militar americana nas Filipinas e, em algumas regiões, talvez o mais importante aspecto da ocupação dos EUA.

O Exército dos EUA rapidamente transformou Manila, um centro de doenças epidêmicas, em uma cidade modelo. Milhões de dólares e mão-de-obra foram gastos com a dragagem do porto de Manila; a contratação de equipes para limpar as ruas; a limpeza de esgotos e canais; a construção de rodovias; e o início

Eu não morro de amores pelos termos reconstrução nacional, operações militares de não guerra ou imposição da paz, os quais são politicamente corretos, burocraticamente diretos e tão vagos que, com frequência, causam mais confusão do que esclarecimento. Na maioria dos casos, os termos que as forças imperiais utilizavam — guerra selvagem, pacificação, expedições punitivas, castigo, política imperial — são muito mais exatos.

de diversas reformas. Entre julho de 1899 e junho de 1900, a Comissão de Saúde vacinou 114 mil filipinos contra varíola, conteve um surto de peste bubônica e reduziu a taxa de mortalidade por doença, de 1.090 em novembro de 1899 para 599 em junho de 1900.¹⁰

A ênfase na ação civil continuou com a expansão do Exército para a área rural de Luzon e outras ilhas. Onde quer que estivessem estacionadas as guarnições militares, os soldados construíram escolas, rodovias e postos de saúde, e adestraram forças policiais. Estes eram sinais tangíveis do Progressivismo Americano.

A assimilação benevolente também era evidente na percepção e no tratamento dos civis filipinos. Segundo McKinley, os americanos deveriam agir de tal forma “que a nossa bandeira não fosse menos querida nas montanhas de Luzon e nas zonas férteis de Mindanao e Negros do que na própria nação. Assim como lá, aqui também deve ser reverenciada como símbolo de liberdade, esclarecimento e progresso em cada caminho de desenvolvimento”.¹¹

Após a eclosão do combate em 4 de fevereiro de 1899, McKinley insistiu que a resistência armada era causada por uma combinação de ignorância e a “sinistra ambição de alguns líderes filipinos”, dizendo ao Congresso: “Nós não estamos travando uma guerra contra os habitantes das Ilhas Filipinas. Uma parte deles está fazendo guerra contra os Estados Unidos. A maior

parte dos habitantes reconhece a soberania americana e a acolhe como garantia de ordem e segurança para vida, propriedade, liberdade de consciência e a busca da felicidade. A eles será dada proteção total. Eles não podem ser abandonados. Não deixaremos o destino de milhões de filipinos leais nas ilhas à mercê dos milhares de desleais que se rebelam contra os Estados Unidos”.¹²

Nesta e em outras declarações, McKinley deixou claro que o enaltecimento e a proteção da população civil eram condições principais para a missão do Exército. Contudo, ele estava igualmente certo de que os Estados Unidos tinham o absoluto direito de orientar o futuro das Filipinas; não haveria nenhum compromisso com aqueles que se opusessem à autoridade americana.

Substituindo o estabelecimento de um governo colonial ou instituindo uma reforma social, McKinley

McKinley era enfático de que os Estados Unidos controlavam as Filipinas não em seu próprio benefício, mas para o bem dos filipinos. O domínio americano fornecer-lhes-ia o máximo de liberdade individual, governo, educação, desenvolvimento interno e proteção legal que eles pudessem absorver.

ordenou que o governo militar “fosse ampliado com a maior rapidez possível para todo o território cedido”.¹³ Sua diretriz impôs um cronograma às forças dos EUA que contradizia suas alegações de que a resistência armada à autoridade americana entraria brevemente em colapso como resultados de contradições internas.

A ordem para aumentar o controle militar e a recusa de McKinley em reconhecer a legitimidade do governo do presidente filipino Emilio Aguinaldo contribuíram para a eclosão do combate em 4 de fevereiro de 1899 e tiveram grande influência na estratégia militar. Por exemplo, no início de 1899, apesar do desejo de concentrar-se em objetivos militares no centro de Luzon (quer dizer, o Exército de Aguinaldo), o comandante geral nas Filipinas, General Elwell S. Otis teve que enviar tropas para teatros subsidiários como Negros, Mindanao, Panay e o Arquipélago Sulu. Além disso, com ou sem razão, Otis continuou convencido que o Exército de Aguinaldo era o centro de gravidade, mas também tinha que cumprir as ordens de McKinley de proporcionar governo, estabilidade e proteção aos habitantes.

Em dezembro de 1899, após as forças dos EUA destruírem o Exército de Aguinaldo, a necessidade de ampliar o governo militar tornou-se primordial. O número de guarnições americanas aumentou de 53 em novembro de 1899 para mais de 400 no ano seguinte. O sucessor de Otis, General Arthur McArthur, acusou Otis

de desperdiçar combatentes e fracassar em concentrar forças suficientes para assegurar resultados decisivos, embora Otis tenha aumentado o número de guarnições em quase cem.

Somente com grande dificuldade podemos definir a missão do Exército como reconstrução nacional, o que não significa que alguns aspectos da missão do Exército não envolveram tarefas similares — a restauração da lei e da ordem, por exemplo. A restauração de lei e da ordem ocorreu em diversos níveis, desde o anteprojeto de um novo código legal proposto por Otis para o arquipélago até a formação, por comandantes de guarnições individuais, de forças policiais; o fornecimento de segurança para comerciantes e funcionários públicos; e a repressão da criminalidade, de seitas religiosas e de grupos guerrilheiros.

Os oficiais do Exército estavam profundamente envolvidos na restauração da economia filipina, em estabelecer o comércio, encorajar investimentos, remover impostos opressivos e instituir transações comerciais. Durante esse processo, eles freqüentemente enfrentaram forte oposição de colegas que procuravam travar uma guerra econômica como ferramenta para acabar com a resistência. Além disso, muitos desses esforços (em educação, em governo e em diminuir a influência da Igreja, em estabelecer uma burocracia que funcionasse e um judiciário independente) eram passos fundamentais na criação de um Estado Filipino.

A experiência filipina proporciona importantes lições práticas sobre a reconstrução nacional que os oficiais de hoje deveriam estudar. Mas em um nível fundamental, as forças armadas dos EUA nas Filipinas não estavam engajadas na reconstrução nacional porque não era essa a ordem a ser cumprida. Nem McKinley, nem os mais antigos de seus comandantes subordinados, nem os oficiais acusados de executar a política governamental no arquipélago previam uma nação filipina independente emergindo dos seus próprios esforços.

A Natureza da Guerra

Se oficiais dos EUA quiserem seguir a advertência de Kaplan em “Lembra-vos das Filipinas”, eles devem compreender a natureza da guerra que lá ocorreu. A ortodoxia acadêmica atual dos EUA, publicadas em livros-textos, jornais e documentários de televisão, defende que a guerra foi um pouco mais do que o exercício de racismo, crueldade e talvez até mesmo genocídio.¹⁴ Estudiosos nacionalistas filipinos apresentam uma visão igualmente distorcida dos revolucionários armados sublevando-se contra imperialistas e colaboracionistas plutocratas. A fim de apreciarmos a guerra e dela tirarmos lições eficazes, devemos entender a natureza do desafio enfrentado pelos insurretos e a pacificação conduzida pelos EUA.



Departamento de Defesa

Um jovem transporta abastecimentos utilizando um carro de boi em Manila.(1899)

O desafio enfrentado pelos insurretos. Devido ao fato de a assimilação benevolente ter premiado a cooperação filipina, cabia aos insurretos evitarem tal colaboração e imporem o seu próprio controle à população. Sob diversos pontos de vista, isso nada mais era do que uma inclusão de políticas e métodos em todo o arquipélago já empregadas pelos americanos na pequena área sob seu controle em 1899.

À medida que os americanos adentravam as províncias, os comandantes de guerrilhas locais emitiam proclamações que enfatizavam o dever de todos os filipinos de resistir aos invasores, e declaravam que qualquer um que ajudasse o inimigo seria um traidor sujeito à mais severa punição. Os insurretos sabiam que o terror era um poderoso argumento contra o que eles denominaram “política de atração” americana. De fato, dentro de quatro dias do início da guerra, eles executaram o prefeito de um subúrbio de Manila que tentou render-se aos Estados Unidos.¹⁵

Os guerrilheiros escolhiam propriedades de colaboradores para destruírem, embora freqüentemente a destruição de propriedades particulares fosse indiscriminada com o objetivo de intimidar comunidades inteiras, tanto quanto punir indivíduos. À medida que os americanos ocupavam cada vez mais e mais cidades, ataques públicos a colaboradores tornavam-se mais comuns, e os registros de incêndios, seqüestros, torturas e assassinatos eventualmente somavam centenas, com milhares de incidentes não registrados.¹⁶

Governos clandestinos. Desde o princípio, os revo-

lucionários e insurretos procuraram negar aos americanos os meios de implementar um governo local. Em algumas regiões, os revolucionários criaram governos clandestinos para arrecadarem impostos, forçarem o cumprimento da lei e oferecerem serviços sociais aos partidários. Alguns filipinos mantinham posições tanto em governos insurretos quanto no governo americano. Eles cooperavam irrestritamente com os ocupantes em reformas sociais, tais como saneamento, escolas e rodovias, ao mesmo tempo em que puniam colaboradores e aumentavam impostos para apoiarem as forças guerrilheiras.¹⁷ Apesar de os americanos estarem convencidos de que praticamente todo funcionário público filipino estava fazendo jogo duplo, diversos fatores impediam o estabelecimento de governos clandestinos, sendo o principal motivo a falta de uma liderança central — ou, com freqüência, de alguma orientação — sobre a resistência.

A partir de dezembro de 1899, Aguinaldo permaneceu como um fugitivo que tinha pouco controle de comunicações com os seus subordinados em Luzon ou, até mesmo, com os movimentos mais descentralizados de resistência no resto do arquipélago. Conseqüentemente, ninguém previu ou coordenou as ações dos governos revolucionários locais. Aguinaldo e os seus partidários demoraram em reconhecer seu potencial e procuraram, ao invés, uma política rigorosa de desobediência aos ocupantes. Esperava-se que todos os funcionários civis se recusassem a servir em governos controlados pelos americanos; de fato, qualquer contato entre a população

filipina e os americanos era desencorajado. Diversos líderes insurretos faziam declarações públicas afirmando que toda a cidade que aceitasse os regulamentos americanos seria destruída e teria sua população morta. Em algumas áreas, houve até despovoamento de cidades e remoção dos habitantes para áreas “seguras”. Embora tais medidas tenham alcançado sucesso temporário, em longo prazo elas ajudaram muito os americanos.

Incapazes de sobreviver nas áreas rurais, os refugiados retornaram às terras ancestrais e foram submetidos à autoridade dos EUA. Em parte, por causa dos ataques dos insurretos, eles logo se viram dependentes da cooperação com os militares. As elites que eram o centro da liderança insurreta logo perceberam que a vida no interior era fisicamente debilitante e mantinha-os separadas dos negócios e das famílias. À proporção que os americanos aumentavam a pressão contra eles,

As visões do Corpo de Oficiais do Exército dos EUA refletiam as dos líderes políticos. A maioria dos oficiais, incluindo a minoria que se opôs à anexação, sustentava visões paternalistas e racistas adversas à reconstrução nacional.

mediante o confisco, multas e prisões, eles perceberam que sua política de desobediência tornava-se cada vez mais difícil de ser mantida.

Por causa da irascível, e até mesmo fratricida natureza dos movimentos de resistência da área, funcionários do governo local eram freqüentemente flagrados entre as forças de líderes de guerrilhas rivais. Em uma província, por exemplo, um comandante local protestou que os seus rivais estavam minando os seus esforços em estabelecer governos clandestinos com a morte de qualquer um que ocupasse um cargo civil.¹⁸ Além disso, os governos clandestinos eram extremamente vulneráveis. Um informante, um documento capturado, uma entrada equivocada nos registros civis, um incidente suspeito poderia alertar a guarnição militar. Essa vulnerabilidade aumentou muito com o tempo, especialmente após ficar claro que os americanos estavam vencendo, e o número de filipinos com interesses no novo governo colonial aumentou.

Pacificação americana. Assim como a resistência filipina, a pacificação ou contra-insurreição americana era essencialmente regional. No entanto, ao contrário da resistência filipina, sempre havia um elemento de controle e orientação centralizado no QG do Exército ou da Marinha em Manila. A estratégia militar americana em 1899 era eliminar as forças convencionais filipinas e, enquanto derrotavam essas forças, estabelecer um governo militar, suprimir a resistência armada e paci-

ficar (isto é, impor controle, lei e ordem) a população. Tudo isso exigia mais do que apenas ocupar as cidades principais; isso exigia levar a guerra para o interior.

Importância dos comandantes locais. A Guerra Filipina confirma predominantemente a necessidade absoluta de se ter oficiais com caráter, iniciativa e humanidade em operações de contra-insurreição. De Manila, o Alto Comando dos EUA publicava oficialmente as políticas, no entanto os oficiais que lidavam diariamente com a população eram os elementos principais para a sua implementação. Realmente, como um observador concluiu, “É fato que a inclinação de quase toda cidade no arquipélago depende do oficial ou oficiais que estiveram no comando da cidade”.¹⁹ Centenas de pequenas guarnições — espalhadas, isoladas e cercadas por um povo hostil ou apático — tiveram que estabelecer ordem nas suas vizinhanças mais próximas.

Os comandantes das guarnições acompanharam patrulhas às montanhas e às selvas, combateram as guerrilhas e desfizeram governos clandestinos em suas cidades. Como iniciativa própria, eles criaram e armaram tropas irregulares; estabeleceram relações de trabalho com figuras políticas locais; negociaram rendições com chefes guerrilheiros; construíram redes de inteligência; e construíram rodovias, escolas e enfermarias. Para os aldeões e guerrilheiros, eles representavam os Estados Unidos e a promessa de um governo honesto, eficiente e progressivo. Em uma guerra travada essencialmente pelas forças locais pela obtenção do controle local, a função do comandante da guarnição era crucial para assegurar uma vitória americana.

Estabelecimento de Guarnições. A pacificação dos EUA em 1900 era baseada tanto na ocupação de território hostil quanto nas operações de campo. Ao final, as tropas dos EUA ocupavam mais de 600 cidades. No processo, o Exército tornou-se profundamente arraigado dentro da sociedade filipina.

Com poucas exceções, as companhias ficavam estacionadas em um ou dois postos durante suas missões, que duravam de 12 a 16 meses os regimentos estavam estacionados em apenas uma ou duas províncias e os generais comandavam apenas um distrito militar. Essa estrutura levou a diversos resultados importantes. Os soldados familiarizaram-se com o terreno e aprenderam a se mover eficientemente entre obstáculos naturais, tais como cânhamos, selvas, pântanos, montanhas e rios. Eles descobriram onde ficavam os esconderijos dos guerrilheiros; quais eram os melhores lugares para emboscadas ou postos de observação; e como as estações do ano afetavam as estradas. Com o tempo, os soldados aprenderam os melhores métodos de patrulhamento em suas áreas e as melhores formações para prevenir emboscadas, cercar povoados e atacar acampamentos de guerrilhas.



Departamento de Defesa

Oficiais do Exército discutem com um capitão insurgente capturado, o destino de ladrones (“ladrões”, 1º e 4º da esquerda para a direita) que mataram sua família enquanto ele esteve preso na cadeia, Província de Tayabas, Luzon, 1900.

O prolongado serviço na guarnição de uma mesma área proporcionou aos soldados extensos contatos locais com a população, situação que auxiliou a aprender o idioma, o suficiente para se comunicar; a formar uma rede de espiões e guias; e a aumentar seu escasso número de combatentes paramilitares filipinos, como a polícia, os guardas armados e a milícia local. Os oficiais implementaram reformas que satisfizeram a população em suas áreas. Em alguns lugares poderia ter sido uma rede de estradas que permitisse aos fazendeiros trazerem seus produtos agrícolas aos mercados. Em outras, poderia ter sido a supressão de criminosos e seitas ou a remoção de funcionários corruptos e opressivos.

Deveres civis e militares. Em contraste com o Exército de hoje, que esclarece as diferenças entre combate e outras missões, o Exército de 1900 tinha grandes responsabilidades com a administração civil. Até julho de 1901, o comandante geral do Exército foi também o governador das Filipinas. Essa dupla função também estendeu-se aos coronéis, que serviram como comandantes regimentais e governadores das províncias, e aos capitães e aos tenentes, que comandavam suas tropas no campo ao mesmo tempo em que serviam de prefeitos nas cidades, funcionários alfandegários, delegados de polícia, cobradores de impostos, juizes civis, engenheiros chefes e inspetores sanitários.

O Exército dos EUA nas Filipinas realizou essas transições de forma rápida e sem problemas. Os soldados não reclamavam que tais funções não faziam

parte de suas missões ou que as funções policiais estavam destruindo sua eficácia de combate. Os soldados capturavam guerrilheiros, mas continuavam a ensinar em escolas, construir estradas, fornecer remédios e tratamentos médicos, assegurar a tolerância religiosa e, de certo modo, demonstrar os benefícios do domínio colonial.

O Exército procurou evitar ações que alienassem tanto os americanos quanto os filipinos. A maioria dos oficiais do Exército era administradores civis altamente eficientes. Eles eram honestos, podiam lidar com documentos e seus detalhes, e tomavam decisões oportunas. Muitos deles possuíam surpreendentes qualidades para tratar com as pessoas. Não há razões para se duvidar da sinceridade do testemunho da população local sobre o apreço de vários oficiais.

Os americanos talvez não gostassem dos filipinos, considerando-os uma raça inferior, contudo isso não impediu os soldados americanos de trabalharem pelo bem do país. Muitos soldados não viam contradição entre detestar os filipinos como povo e gostar deles como indivíduos. Os soldados apoiavam fortes medidas contra os guerrilheiros e protestavam qualquer imposição das mesmas aos habitantes da “sua” cidade. A vitória dos EUA nas Filipinas dependia muito da vontade de um número suficiente de oficiais em aceitar as responsabilidades civis como uma parte essencial da pacificação.

Coerção. Por maior que fosse sua satisfação emocional em construir escolas e eliminar doenças, os oficiais

americanos reconheciam que “o objetivo militar, isto é, a derrota das guerrilhas, era a sua tarefa mais essencial.”²⁰ Devido ao fato de os guerrilheiros terem usado a população como fontes de logística, informação, mão-de-obra e abrigo, os americanos logo se viram obrigados a punir indivíduos e comunidades. Os soldados dos EUA destruíram colheitas, fazendas, barcos e gado em áreas suspeitas de auxiliar as guerrilhas, e esses exigiram o que um oficial chamou de “a mais justa retribuição e retaliação” de ataques contra as tropas americanas.²¹ Tal destruição aumentou em frequência e escopo, e enquanto essas sanções eram justificadas sob a lei militar, elas também refletiam a convicção entre muitos oficiais de que “a aplicação judiciosa do fogo é a forma mais humana de travar tal guerra”.²²

O nível de retaliação dependia da percepção dos oficiais sobre o poder das forças guerrilheiras e do apoio

O termo reconstrução nacional é inadequado para descrever a política do Exército Americano nas Filipinas, no entanto devemos ser cautelosos em substituir pelo termo assimilação benevolente, embora a assimilação benevolente tenha sido um dos pilares da política militar americana nas Filipinas e, em algumas regiões, talvez o mais importante aspecto da ocupação dos EUA.

popular. Um oficial em uma província tida como pacificada, escreveu à sua esposa: “Eu ainda não incendeiei nenhuma casa ou cortei nenhuma árvore, nem açoitei ou enforquei nenhum nativo, e não pretendo fazê-lo. Se não formos capazes de conquistar estes selvagens sem recorrer aos métodos espanhóis, sou da opinião que seria melhor abandonar essas ilhas e deixá-las para os nativos”.²³

Durante o ano de 1900, parecia haver em Panay um esforço para se restringir a punição apenas aos culpados.²⁴ No sudeste de Luzon, uma área onde o nível de resistência talvez fosse o maior em todo o arquipélago, havia muito mais apoio à retaliação. Em fevereiro de 1900, o comandante do distrito ordenou que “as comunidades que abrigarem criminosos e permitirem que eles operem contra os Estados Unidos sofrerão, de alguma forma, pelos atos dos próprios criminosos”.²⁵ Apesar de alguns protestos, a maioria dos oficiais na região parecia ter aceitado este princípio de responsabilidade coletiva. Um oficial de uma área especialmente recalcitrante disse que “será extremamente difícil controlar aquela seção do distrito a não ser queimando todas as cidades onde os insurretos estiverem protegidos, obrigando, assim o

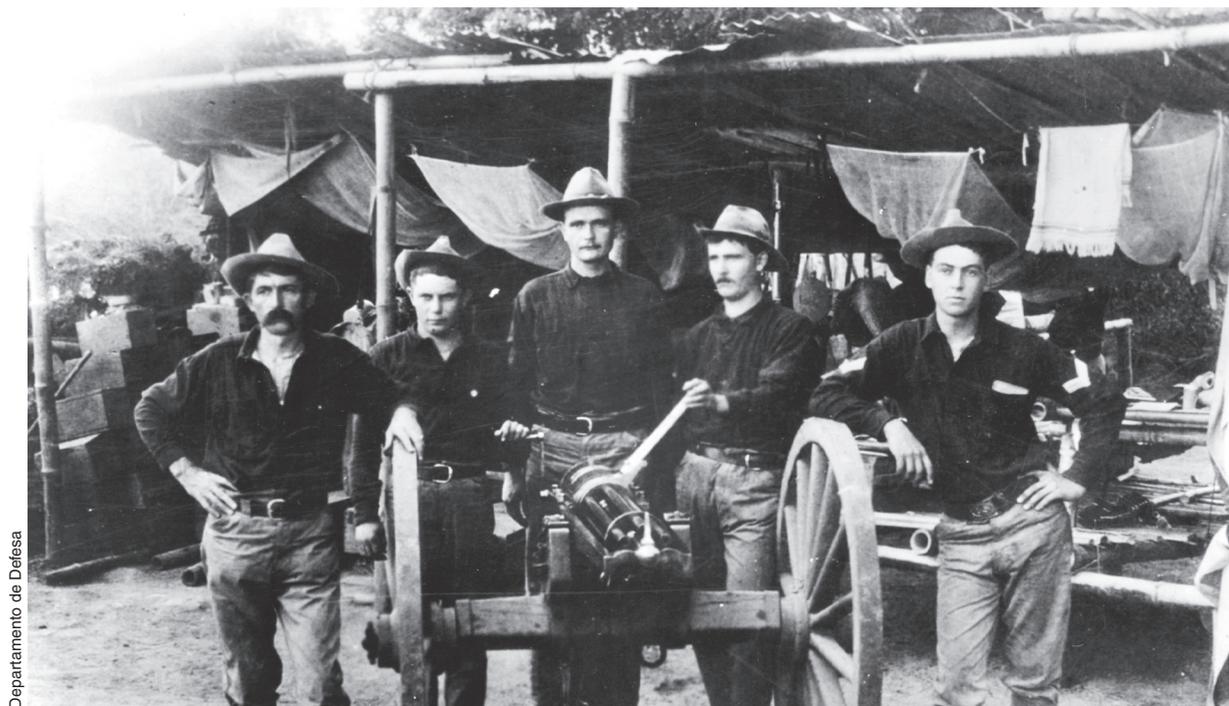
povo, a vir para as cidades durante a estação chuvosa”.²⁶ Outro oficial, ao comandar uma varredura pelo campo, comentou, “Minha sugestão é incendiar livremente e matar todo homem que disparar”.²⁷ Em 1901, uma patrulha queimou 81.646 kg de arroz e 27.215 kg de milho em pouco mais de uma semana.²⁸ Tais medidas impuseram grandes dificuldades aos guerrilheiros e aos não-combatentes, mas provaram ser essenciais na fragmentação de resistência guerrilheira e na conquista de aceitação popular, apesar do rancor — ao domínio americano.

Operações combinadas. A geografia do arquipélago filipino obrigou o Exército e a Marinha a colaborarem com as operações anfíbias. Após um início instável, em grande parte causado pelos egos dos respectivos comandantes de alto escalão, as forças singulares cooperaram relativamente bem. A Marinha, que bloqueou todos os portos não ocupados, dando um fim ao comércio entre as ilhas e impedindo que os rebeldes se comunicassem ou recebessem apoio de fora, foi indispensável para fazer da Guerra Filipina uma série de lutas regionais, e não uma revolução nacional. A Marinha também proporcionou aos americanos a possibilidade de desembarcarem e atacarem ao longo da costa. Uma dessas operações capturou Aguinaldo.

Inovação e adaptação. O Exército foi à guerra com táticas desenvolvidas para campos de batalhas europeus que provaram ser adequadas ao combate em selvas, montanhas e arrozais. O Exército adaptou tais táticas às condições locais. Em uma província, a ameaça poderia ser pequenos grupos de franco-atiradores que constantemente abriam fogo em cidades ocupadas; em outra província, a ameaça poderia ser constituída por primitivos caçadores de cabeças; em uma terceira província, poderia ser multidões de fanáticos religiosos carregando facões; e ainda em uma quarta, poderia ser membros de tribos muçulmanas lutando atrás de fortalezas de pedras e praticando rituais suicidas. Com apenas algumas exceções, a flexibilidade dos EUA, a coesão de pequenas unidades e a liderança de oficiais e sargentos à frente de suas tropas provaram ser suficientes para superar esses variados desafios.

Inteligência. Frequentemente diz-se que a inteligência em conflitos de baixa intensidade é o recurso mais importante, entretanto os esforços do Exército nas Filipinas eram bem desiguais: serviços de inteligência eram pequenos — normalmente um ou dois oficiais e alguns tradutores — e as suas tarefas eram ambíguas. O alto comando — especialmente Otis — era lento em estabelecer um sistema mais eficiente ou preciso.

Para a maioria de suas informações, Otis contava com a classe alta de colaboradores filipinos que normalmente lhe diziam o que ele queria ouvir — que o povo filipino desejava o domínio americano e que apenas um pequeno



Departamento de Defesa

Equipe de metralhadoras Gatlin pertencente à 30ª Infantaria em Culi-Culi, periferia de Manila, 1899.

grupo de déspotas, criminosos e terroristas opunha-se a isso. Otis passava essa informação errônea a McKinley. Arthur McArthur, que tomou posse como comandante geral em maio de 1900, entendeu melhor a necessidade de inteligência; no entanto, somente em 13 de dezembro de 1900 a inteligência foi reorganizada sob a Divisão de Informações Militares, encarregada da tradução de documentos e a retransmissão rápida de informações vitais às unidades no campo. A mais produtiva inteligência do Exército provinha dos oficiais sediados em suas próprias cidades es.

Em razão de a política de assimilação benevolente ter dado muita ênfase a assuntos civis, exigia-se dos comandantes de guarnições a coleta de uma impressionante quantidade de dados sobre as condições locais que freqüentemente tinham grande valor militar. Assim, ao criarem governos civis ou forças policiais, fazerem a auditoria das finanças da cidade ou formarem alianças com vereadores ou com o clero, os oficiais eram normalmente capazes de destruir governos clandestinos, prender guerrilheiros que pretendiam ser “amigos”, e proteger o esconderijo dos armamentos.²⁹

Logística. Um dos pontos fortes do Exército dos EUA na Guerra Filipina era a capacidade de pôr o grosso das suas forças em unidades de combate de Infantaria e não em logística ou outra força de apoio. A logística era bem primitiva para nossos padrões e com freqüência, extremamente ruim. Milhares de soldados foram enviados para casa como inválidos, muitos dos quais posterior-

mente morreram, por causa da total incompetência e incapacidade do Exército em fornecer comida, abrigo e medicamentos. Apesar de tudo, os americanos podiam fazer o que os seus oponentes não podiam — manter tropas no campo. Os guerrilheiros filipinos que evitavam a derrota militar freqüentemente se rendiam devido à inanição e à doença. Além disso, a logística primitiva permitiu o Exército colocar aproximadamente 60 a 70% do seu efetivo em formações de combate. Em comparação, no Vietnã, o Exército precisava de nove soldados de apoio para cada infante.

Auxiliares filipinos. Durante a Guerra Filipina, as forças militares dos EUA sofreram com a falta de pessoal. Em sua fase máxima, as forças dos EUA somavam 70.000 e normalmente contavam apenas com 45.000 homens. Devido às práticas de contabilidade, transferências, funções destacadas e doenças, a média das forças do Exército era aproximadamente 26.000 — e isso para ocupar, pacificar e administrar aproximadamente 8 milhões de filipinos. Desde o início, os americanos contaram com a ajuda dos filipinos, primeiro com logística (empregando mais de 100.000 filipinos somente em 1899), depois como exploradores e policiais e, finalmente, como unidades armadas.

As Forças Armadas americanas podiam recrutar auxiliares filipinos de várias maneiras. Muitos filipinos opunham-se à República Filipina e à liderança revolucionária no nível regional ou nacional por motivos tribais, religiosas ou pessoais. Os exploradores filipinos

eram originalmente guerreiros irregulares recrutados da cidade de Macabebe para servirem contra grupos guerrilheiros nos pântanos de Luzon. Tendo servido aos espanhóis por décadas, os macabebes foram brutalmente perseguidos pelos seguidores de Aguinaldo, predominantemente de origem tagalos, quando estes assumiram o controle da Província de Pampanga.

Em Samar, os americanos formaram uma unidade de exploradores provenientes das famílias de mercadores de cânhamo que estavam perdendo poder político e econômico como resultado das extorsões dos insurretos. Ao fim da guerra, mais de 15.000 filipinos haviam servido em unidades de exploradores ou policiais oficialmente reconhecidas, destacando-se sob o comando de oficiais americanos, tanto que em 1905, com exceção das Províncias Mouras, eram as forças localmente constituídas que executavam a maioria das operações militares no arquipélago.

Ocasionalmente, em direta violação às ordens de Manila, oficiais locais recrutaram várias unidades paramilitares secretas. Uma combinação de revanche, zelo religioso e autopreservação incitou sectários da *Guardia de Honor* a se aliarem aos americanos contra revolucionários anticlericais na Província La Union. O sentimento de ódio expressado pelos chefes mulçumanos no oeste de Mindanao contra os católicos das forças revolucionárias, semeado em séculos de batalhas, resultou em um excelente trabalho de supressão daqueles, que os EUA enfrentaram pouca resistência armada.

Em várias cidades, os soldados solicitaram ajuda aos proprietários de terras, empresários ou figuras políticas maltratadas por guerrilheiros locais. Essas elites criaram milícias que liberaram as forças dos EUA das funções de segurança da cidade e se aliaram à soldados de guarnições na perseguição aos guerrilheiros em regiões interioranas. As forças policiais da cidade, muito difamadas em certas áreas, provaram ser eficientes forças de contra-insurreição em outras áreas. Como em muitas contra-insurreições americanas bem-sucedidas, a habilidade de oficiais locais de se adaptarem, ajustarem e inovarem era o que freqüentemente determinava se as forças locais executariam funções significantes na pacificação.

Lições Aprendidas

Kaplan está certo ao afirmar que os oficiais militares de hoje deveriam “Lembrar-se das Filipinas”. A pacificação americana do arquipélago oferece uma fonte de lições sobre procedimentos de contra-insurreição e é um estudo, sem precedentes, da dinâmica da insurreição regional campesina não marxista. Assim, em todos os níveis, a Guerra nas Filipinas nos ensina muito, desde a criação e implementação de amplas políticas civil-militares, incluindo o papel vital executado pelos projetos

civil-militares, até as técnicas de combate utilizadas nas matas. No entanto, há uma razão para o fato de a experiência filipina ter sido ignorada por praticamente todos os oficiais americanos por mais de um século. A guerra foi complexa e confusa e desafia as análises militares convencionais. Os oficiais devem pensar em assuntos ainda não experimentados e estar dispostos a se empenhar em estudo e auto-reflexão intensivos, a fim de aprenderem as lições do conflito.

A experiência filipina não se enquadra facilmente nas estruturas convencionais de reconstrução nacional ou de operações militares de não guerra. Tentar uma adequação da mesma provavelmente levará a conclusões simplificadas que podem ser inúteis ou perigosas. Deixando as rejeições à parte, um estudo da Guerra Filipina pode ensinar cinco lições essenciais aos oficiais de hoje. A primeira lição, absolutamente vital, é que guerrilheiros não são invulneráveis. Eles estão freqüentemente desunidos e divididos, têm grande dificuldade em manter contínuo apoio popular, os seus líderes são normalmente militares e politicamente ineptos e o tempo normalmente está do lado das forças de ocupação.

A segunda lição é que em uma guerra, na qual é essencial a luta pelo controle local, a função do comandante local — quer seja insurgente ou americano — é crucial. Além da importância de uma prévia e constante integração entre as obrigações civis e militares, é fundamental reconhecer a importância dos assuntos locais. Os comandantes de alto escalão recebem toda a atenção, porém a longo prazo, eles podem ser bem menos importantes para a história do Iraque do que dezenas de oficiais que administram governos locais e estabelecem uma nova e democrática nação.

A terceira lição diz respeito à inevitável necessidade de controlar políticas punitivas ou de retaliação. Franca-mente, seria ingênuo ou desonesto fingir que os soldados continuarão a sofrerem baixas sem responderem ou, de certa forma, retaliarem. A probabilidade é que tal retaliação aumente com o tempo. As medidas punitivas sempre fizeram parte das operações de contra-insurreição dos EUA, e os comandantes americanos e seus oponentes sempre as descreveram como altamente eficazes.

A quarta lição enfatiza a necessidade de empregar auxiliares locais, mesmo que signifique aceitar aliados desagradáveis. Precisamos de mais exploradores nativos, e temos que estar dispostos a aceitar o fato de que o comportamento de alguns deles será motivado pela vingança, vendetas tribais ou mau caráter.

Finalmente, como uma instituição, o Exército dos EUA deve estudar guerras de guerrilhas, revolucionárias, de insurretos e não-convencionais. A aversão do Exército por qualquer outro tipo de educação profissional em qualquer assunto que não seja conflito convencional de grande escala tem sido, há séculos, parte

da sua cultura. Ironicamente, durante a última década, enquanto o Exército se concentrou na guerra futura e na manutenção da paz, estudantes do Corpo de Fuzileiros Navais na Escola de Combate Avançado estudavam as campanhas mais bem-sucedidas de contra-insurreição do Exército.

É apropriado reconhecer a iniciativa, o bom senso e o pragmatismo que os soldados dos EUA têm demonstrado em recentes operações de reconstrução nacional e de

pacificação. Entretanto vale a pena perguntar-nos se eles teriam cumprido suas missões com mais êxito se tivessem sido apoiados por um compromisso institucional mais forte e uma educação mais profissional. Se (e quando) o Exército decidir concentrar sua atenção nas “guerras pequenas” que trava com mais frequência, ao invés da hipotética “grande guerra” para a qual se prepara desperdiçando tanto tempo, seria melhor seguir o conselho de Kaplan: “Lembrai-vos das Filipinas”. **MR**

Referências

1. Robert Kaplan, "Supremacy by Stealth: Ten Rules for Managing the World", *Atlantic Monthly* (Julho-Agosto 2003) p. 80
2. William McKinley a Wesley Merritt, 19 de maio de 1898, Gabinete do Ajudante Geral do Exército dos EUA, *Correspondence Relating to the War with Spain ... April 15 1898 to July 4, 1902*, 2 vols. (Washington, DC: 1902, Center of Military History, reimpresso 1993), 2: p.676. Atual CWS.
3. McKinley ao Secretário de Guerra [Russell A. Alger], 21 de dezembro de 1898, em Henry C. Corbin a Elwell S. Otis, 21 de dezembro de 1898, CWS, 2: pp. 858-59.
4. Relatório Anual do Departamento da Guerra, 1899, 1, 24. Atual RWD.
5. Finalmente, os Estados Unidos governaram as Filipinas como uma "possessão insular".
6. Para uma amostra das diversas opiniões entre os soldados que se opunham à anexação americana das Filipinas, consulte Joseph I. Markey, *From Iowa to the Philippines: A History of Company M, Fifty-First Iowa Volunteers* (Red Oak: Iowa: Thos. D. Murphy Co., 1900), p. 184; James Parker, "The Philippine Campaign" (sem data), Box 28 (refere-se a caixa de arquivos), Clarence Edwards Papers, Massachusetts Historical Society, Boston; "Memoir", John Henry Parker Papers, Arquivos, Biblioteca da Academia Militar dos EUA, West Point, Nova York; H. Roger Grant, "Letters From The Philippines: The 51st Iowa Volunteers at War, 1898-1899", Palimpsest (novembro-dezembro de 1974): pp.174-75. Segundo um autor, havia "diversas referências indiretas" contra o expansionismo na literatura militar. Veja James L. Abrahamson, *America Arms for a New Century: The Making of a Great Military Power* (Nova York: Free Press, 191), p.76.
7. Para uma amostra das opiniões do Exército sobre a incapacidade dos filipinos de se autogovernarem, veja J. Franklin Bell a Henry C. Corbin, 17 de maio de 1902, Box 1, Henry C. Corbin Papers, Divisão de Manuscritos, Biblioteca do Congresso [atualmente MDLC]; P.S. McGovern, "The Philippines: Let us take them out of the Political Football Arena", Escola de Comando e Estado-Maior dos EUA. Pesquisa individual, 1930, Biblioteca de Pesquisas de Armas Combinadas, Forte Leavenworth, KS; "Notes on the Philippines", Box 20, Matthew F. Steele Papers, Instituto de História Militar, Carlisle, Pensilvânia [atual MHI]; Leonard Wood a Theodore Roosevelt, 18 de novembro de 1906, Box 37, Leonard Wood Papers, MDJC; Raymond E. Lee, "The Philippine Defense Problem", 1º de março de 1927, Estudo para o Curso da Escola Superior de Guerra do Exército Army War College – AWC, AWC 1926-27, Arquivo 235-82, MHI.
8. Hugh Lenox Scott, *Some Memories of a Soldier* (Nova York: Century Co., 1928), p. 461. Para uma comparação entre as Filipinas e a fronteira ocidental, consulte Brian McAllister Linn, "The Long Twilight of the Frontier Army", *Western Historical Quarterly* 27 (Verão de 1996): p. 141-167.
9. *Ibid.*, p. 400.
10. Guy L. Edie a AAG [Ast. Adjutant General (AG)], Chefe do Serviço de Polícia, 31 de julho de 1900, RWD 1900 1, 10: pp.283-88; John M. Gates, *Schoolbooks and Krags: The United States Army in the Philippines, 1899-1902* (Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1975), pp. 57-63.
11. McKinley, "To the Senate and House of Representatives", 3 de dezembro de 1900, em James L. Richardson, editor, *Compilation of the Messages and Papers of the Presidents* (Nova York: Bureau of National Literature, 1897-1922), 10: p. 222.
12. McKinley, "Second Inaugural Address", 4 de março de 1901, em Richardson, 10: p. 244.
13. McKinley a Alger.
14. Para uma discussão crítica das atuais interpretações da guerra, consulte Linn, "Taking Up the White Man's Burden", in Luis E. Gonzales-Vales, ed., 1898: *Enfoques y Perspectivas [Enfoques e Perspectivas]* (San Juan: Academia Portorriqueña de la Historia, 1997), p. 111-42.
15. John M. Stotsenburg a AG, 2ª Brigada, 8 de fevereiro de 1899, Box 2, Lançamento 764, Grupo de Arquivos [a partir de agora RG] 395, Arquivos Nacionais, Washington DC. Atualmente todas as citações de RG referem-se às Coleções dos Arquivos Nacionais.
16. Para um resumo de algumas das piores atrocidades, consulte o Senado dos EUA, *Affairs in the Philippine Islands: Hearings Before the Committee on the Philippines of the United States Senate*, 57º Congresso, 1ª Sessão., Doct. Nº 331, abril de 1902, pp. 993-1.376.
17. Para exemplos destes governos clandestinos, consulte William Tutherly a AG, 21 de fevereiro de 1901, Carta enviada 201, Companhias A-F, Livro de Cartas Enviadas, 26ª Infantaria, Lançamento 117, RG 94; Edgar Z. Steever ao Comandante (CO), Vigan, 20 de julho de 1900, Carta Recebida 1286, Lançamento 5583, RG 395; J. M. Thompson a AG, Departamento Luzon do Norte, 4 de janeiro de 1901, Carta enviada 62, Lançamento 2312, RG 395.
18. Buenaventura Dimaguila a Mariano Trias, 30 de novembro de 1900, Exposição 1125, em John R. M. Taylor, *The Philippine Insurrection Against the United States, 1898-1903: A Compilation of Documents and Introduction* (Pasay City, Filipinas.: The Eugenio Lopez Foundation, 1906, Rei Impreso 1971), 5, pp. 281-88.
19. Henry T. Allen a [John A. Johnson?], 21 de janeiro de 1902, Box 7, Henry T. Allen Papers, MDLC. Para opiniões semelhantes, consulte Dean C. Worcester a Sra. Henry W. Lawton, 5 de maio de 1901, Box 2, Henry W. Lawton Papers, MDLC.
20. Linn, *The U.S. Army and Counterinsurgency in the Philippine War, 1899-1902* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1989), p. 170.
21. Charles J. Crane, *The Experiences of a Colonel of Infantry* (Nova York: Knickerbocker Press, 1923), p. 340.
22. Samuel B. M. Young, "Our Soldiers in the Philippines", 13 de novembro de 1902, Box B, Samuel B. M. Young Papers, MHI.
23. Mathew F. Steele a Stella, 15 de agosto de 1900, Box 7, Steele Papers.
24. A. A. Barker ao Assistente do AG, Departamento de Visayas, 16 de setembro de 1900, e Edward D. Anderson a AG, Departamento de Visayas, 7 de junho de 1900, ambos no Livro de Cartas Enviadas do 26º Regimento de Infantaria, Lançamento 117, RG 94; Walter H. Gordon a AG, 15 de maio de 1900, anexado em Walter Henry Gordon, 3927 ACP 1886, RG 94.
25. Assistente do AG ao comandante geral e, 2ª Brigada, 2ª Divisão, 5 de fevereiro de 1900. Lançamento 4330, RG 395.
26. Benjamin F. Cheatham a AG, 2º Distrito, Departamento de Luzon do Sul, 29 de maio de 1900, Carta enviada 192, Livro de Cartas enviadas da 37ª Infantaria, Lançamento 117, RG 94.
27. William Carey Brown Papers, Diário, 2 de junho de 1900, MHI.
28. Para maiores informações sobre esta campanha nessa área veja Linn, *U.S. Army*, pp. 119-61.
29. Linn, "Intelligence and Low-Intensity Conflict in the Philippine War, 1899-1902", *Intelligence and National Security* 6 (janeiro de 1991): pp.90-114.

Brian McAllister Linn é professor de História na Texas A&M University e membro de Woodrow Wilson International Center for Scholars. Ele possui um bacharelado pela University of Hawaii e mestrado e doutorado pela Ohio State University. É o autor dos livros The Philippine War, 1899-1902 (Lawrence: University Press of Kansas, 2000) e Guardians of Empire: The U.S. Army and the Pacific, 1902-1940, (Chapel Hill: University of North Carolina Press. 1997). Atualmente está escrevendo um livro sobre a maneira americana de travar a guerra.